



A Imprensa Alternativa no Jogo da Democracia¹

Lygia Maria Silva Rocha²

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a revista Pif-Paf, produzida por Millôr Fernandes em 1964, no Brasil. O eixo que norteia o trabalho é o conceito de objetividade e como este fundamento da atividade jornalística é utilizado de acordo com o contexto histórico e cultural em que se encontra. Além disso, o artigo se baseia no aparato conceitual de Pierre Bourdieu para compreender o papel social e simbólico que, tanto a revista Pif-Paf como a imprensa alternativa brasileira da década de 60, tiveram no período histórico em questão.

PALAVRAS-CHAVE: história do jornalismo; imprensa alternativa; objetividade; Pif-Paf

Uma revista em que a capa se transforma em um jogo de tabuleiro. Uma revista em que a capa é, na verdade, uma grande ilustração. Uma revista onde não há matérias ou reportagens. Seria isso jornalismo? Por ser impressa, distribuída, por ser revista, seria necessariamente um trabalho jornalístico? Essas questões, sobre o estatuto jornalístico da revista PifPaf, de Millôr Fernandes, são a porta de entrada deste artigo que tem como objetivo analisar o papel que este tipo de periódico teve no meio social, no período histórico e no história do jornalismo brasileiro.

Uma das características primordiais da atividade jornalística é a objetividade com que os jornalistas devem tratar os fatos e reproduzi-los para a o público. O conceito da objetividade é tão antigo quanto a própria atividade jornalística, mais precisamente, desde que esta atividade se converteu em atividade livre, regular e contínua, após as revoluções burguesas. A idéia da objetividade coloca primazia sobre os fatos, sobre a realidade, determinando um relato imparcial e neutro por parte do jornalista. Desta forma, pretende-se assegurar, ao leitor, a verdade dos fatos sem a contaminação de posições subjetivas, ideológicas e culturais dos jornalistas.

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo da Divisão Temático de Jornalismo, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Especialista em Jornalismo Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Mestranda em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: lymaria@ig.com.br



A primeira tese de sobre jornalismo apresentada em uma universidade foi a *De relationibus novellis*, de Tobias Peucer, defendida em 1690 na Universidade de Leipzig, Alemanha. Ao fazer uma análise dos textos circulantes na folhas e nos primitivos jornais, o autor constata não apenas a preocupação com a distinção entre fato e ficção, verdade e mentira, mas também com o estilo de escrita e, conseqüentemente, com o a objetividade necessária ao texto noticioso, que ele chama de “gênero funcional de escrita”³. Peucer (2004) trata sobre uma certa falta de juízo e de critério dos redatores em não apenas selecionar corretamente o que merece ser reportado mas também à forma como a informação deve ser passada. Através da citação de um trecho do trabalho de Lúcia, na obra *De hist. Scrib*, Peucer compara os textos jornalísticos com os de alguns historiados no que, para ele, seria uma manifestação negativa da atividade:

Há muitos que deixam de lado os fatos históricos maiores e mais dignos de ser contados, ou a eles se referem apenas superficialmente; isto acontece por falta de instrução ou de critérios e por ignorância em relação ao que cabe dizer ou silenciar, inquirim sobre as coisas mais insignificantes, detendo-se nelas de maneira extremamente prolixa e laboriosa.⁴

Vemos aí uma visão da objetividade no sentido da seleção da informação considerada importante e que, portanto, deve ser relatada à despeito daquilo considerado irrelevante, e no sentido de clareza textual, evitando rebuscamentos literários desnecessários e inúteis. Porém, a objetividade também está vinculada a outras questões como, por exemplo, a manifestação da subjetividade através de uma opinião emitida. O próprio Peucer (2004) apenas introduz o assunto quando fala de como “é coisa perigosa escrever sobre aquilo que pode lhe mandar o degredo”⁵. Ora, manifestar opinião – principalmente contrária ao poder – praticamente se encontrava no terreno do impensável na cultura dos idos do século XVII. Porém, a partir do final do século XVIII as coisas começam a mudar até chegarmos no início do século XIX, período no qual, segundo Souza (2002), a imprensa dominante era opinativa ou ideológica devido a fatores como a escassez de matéria-prima informativa, o baixo índice de alfabetização e de renda e, principalmente, a proliferação de movimentos político-ideológicos a partir do século XVIII, como a Revolução Francesa.

³ PEUCER, Tobias. “*De relatioinibus novellis*”, in Estudos em Jornalismo e Mídia, V. I, no. 2, p.17

⁴ *Ibid*, p. 19.

⁵ *Ibid*, p. 22.



Segundo Chalaby (2003), no século XIX era nítida a diferença entre os jornais Franceses e os anglo-saxões (ingleses e norte-americanos). A principal diferença era que os jornais franceses continham mais análises aprofundadas e opiniões acerca dos fatos, sem contar um estilo mais próximo ao literário; já os jornais ingleses e anglo-saxões continham um maior rigor de apuração e um estilo mais sintético, objetivo e imparcial. O que o autor coloca é que o jornalismo é uma invenção do século XIX e que o discurso jornalístico é produto da emergência, durante este período, de um campo especializado e autônomo de produção discursiva, o campo jornalístico. Este contraste possui diversas causas, uma delas está na esfera cultural: na França, os jornais e os jornalistas estavam muito mais vinculados ao campo literário do que no mundo anglo-saxão, onde a imprensa desenvolveu-se rapidamente como um meio de informação. Outra causa seria econômica, na América e na Inglaterra os jornais adquiriam a capacidade de canalizar importantes receitas de vendas e de publicidade que contribuíram para autonomizar a imprensa da esfera política. Uma terceira causa seria, justamente, a diferente formação da história política de cada país:

Numa perspectiva histórica é de referir que a repressão governamental em França foi intensa até à queda do governo da Ordem Moral, em 1877. As novas relações entre o governo e a imprensa foram legalizadas em 1881 com a nova lei de imprensa (...) Até 1877, os governos franceses usaram numerosos meios de coacção para controlar a imprensa. (...) Em contraste, o governo americano nunca exerceu qualquer espécie de caução sobre a imprensa. Em Inglaterra, a repressão governamental contra a imprensa, principalmente contra os trabalhadores ilegais dos jornais, terminou em meados de 1830.⁶

Para Hartley (1996), jornalismo e modernidade estão intimamente relacionados. Na verdade, para o autor, o jornalismo não foi apenas uma derivação das transformações políticas e culturais do período moderno, mas condição *sine qua non* para que ocorressem tais transformações que marcam a origem do sistema democrático moderno. Isso se deve ao fato de o jornalismo não ser apenas um espelho que reflete objetivamente os eventos, mas uma atividade que produz e forma novos eventos. Ao proporcionar a divulgação de informações e idéias no meio social complexo que é o urbano, ao realizar o intercâmbio entre a esfera pública e a esfera privada, o jornalismo é capaz de funcionar como uma *ágora* moderna e, assim, interferir na realidade ativamente como ator e não como mero objeto.

⁶ CHALABY, Jean. “O Jornalismo como invenção anglo-americana – Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920)”, *Media & Jornalismo*, (3) 2003, p. 43.



Journalism was na essential emlement in the firt few creative moments of the modern world, being one of the principal means by which its democratic energir were excites into existence and then difused across the people in whose name they ocurred, giving meaning,text and shape toa whole new universe of secular popular sovereignty.⁷

Com o desenvolvimento econômico dos países e com o acúmulo de capital pelas empresas noticiosas, verificou-se como a técnica da objetividade se encaixava perfeitamente nos requisitos da industrialização dos processos de produção jornalística. Jornais tornaram-se produtos e, como tais, passaram a ser produzidos segundo a lógica capitalista do “mais em menos tempo”. A relação direta entre objetividade e verdade é altamente discutível, porém, facilmente perceptível entre objetividade e síntese: “captação do máximo possível de informação com o mínimo de palavras”⁸. Além disso, a objetividade funciona como padronizador do relato, fazendo com que ocorra um certo esvaziamento da dimensão subjetiva do jornalista, o que contribui para a divisão social do trabalho aos moldes industriais: se qualquer um tecnicamente treinado pode realizar a função, se não há diferença entre os textos de jornalistas diferentes, pressupõe-se que estes são facilmente substituíveis para que a engrenagem continue funcionando.

Na década de 60 do século XX, inicia-se uma certa reação, por parte de alguns jornalistas, contra a exacerbação da padronização pela objetividade. Isso se deu principalmente devido às intensas transformações políticas e culturais ocorridas no período, como o movimento hippie, o maio de 69, Guerra do Vietnã, movimentos alternativos, novas formas de expressão musical, a Guerra Fria etc. Segundo Souza (2002), o jornalismo, como manifestação cultural e política, também realizou suas rupturas, como por exemplo o movimento do Novo Jornalismo, que privilegiava a subjetividade assumida, e a retomada do jornalismo de investigação em profundidade, que revelou ao mundo escândalos como o de *Watergate*.

No Brasil deste período, a grande imprensa passava pelo processo inverso. Devido ao atraso econômico do país e ao desenvolvimento tardio da indústria brasileira, o padrão americano baseado na objetividade, neutralidade e imparcialidade foi “importado” justamente em meados do século XX, momento de intenso desenvolvimento das empresas jornalísticas e midiáticas de um modo geral.

Interessante notar como, no Brasil, ao mesmo tempo em que se incorporava o modelo norte-americano, também se notava a influência das manifestações jornalísticas

⁷ HARTLEY, Popular reality, p. 77.

⁸ MARQUES DE NELO, Teoria do Jornalismo, p. 43.



contrárias a este mesmo modelo. Isso aconteceu, também, devido a transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas à partir da segunda metade do século XX. Essas modificações são consequência de uma exacerbação das características do capitalismo. Alguns estudiosos do tema afirmam que a partir da segunda metade do século XX, passamos para um novo período histórico, chamado pós-modernidade; outros autores não encaram essas transformações ao ponto de afirmarem que ocorreu uma ruptura tão rígida, mas acreditam que ainda estamos vivendo o mesmo período – a Modernidade – só que sendo atingidos pela potencialização do modo de produção capitalista. Essas transformações, sinteticamente, são: o alto desenvolvimento tecnológico, a aceleração na produção e na circulação de mercadorias – “A aceleração tecnológica e econômica é tanta que até mesmo o atual é ultrapassado: tudo o que é... já era; a atenção concentra-se não no que é, mas no vir a ser”⁹ -, a concentração de capital na mão de poucas empresas, a influência das multinacionais na política dos Estados, a exacerbação do consumismo, a diminuição da força dos sindicatos, a articulação da vida em escala global mediatizada por meios de comunicação de massa etc. Enfim, transformações no mundo material que acabaram por transformar também a forma de enxergar o real e de combatê-lo, caso necessário.

O Brasil, como país capitalista, inseria-se nesse contexto global mesmo que de forma atrasada. Na década de 60, o país passava justamente por um processo intenso de desenvolvimento econômico e industrial, com intensa produção não apenas de bens materiais, mas de bens simbólicos. Segundo Ortiz (2001), é preciso observar a formação de um público consumidor e de uma indústria cultural. O golpe militar de 1964 instaurou no Brasil um processo anti-democrático e de perseguição política, mas, ao mesmo tempo, intensificou as medidas econômicas tomadas pelo governo JK na década de 50, inserindo o país cada vez mais no processo de internacionalização da economia brasileira. Ou seja, paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção de cultura e o mercado de bens simbólicos, onde insere-se a atividade jornalística.

O contexto brasileiro tanto favorece a inserção de um modelo padronizador do relato jornalístico, como também propicia a influência de formas alternativas a este mesmo modelo. O fortalecimento do mercado de bens simbólicos aumentou a divulgação de informações, de manifestações culturais em escala local e global, não

⁹ Laymert Garcia dos SANTOS, “Consumindo o Futuro”, caderno Mais!, Folha de S. Paulo, p. 5.



apenas para o público em geral, mas entre os próprios formadores de opinião, ou seja, permitiu a formação de um público consumidor e a circulação de novos aspectos estéticos de vanguarda, novos códigos e símbolos, de um novo imaginário. Desta forma, os ecos de uma crítica ao modelo padronizador do jornalismo puderam ser ouvidos abaixo da linha do equador, ao mesmo tempo em que o país incorporava este mesmo modelo.

O período da década de 60, em todo o mundo, expõe dicotomias, em todas as áreas sociais – política, econômica, cultural -, que predispõe à rupturas e, no caso do jornalismo, que revelam questões sobre o estatuto desta atividade e do arcabouço conceitual que lhe sustenta. Baczko (1986), em sua caracterização do conceito de “imaginação social”, demonstra como na década de 60, principalmente no movimento conhecido como maio de 68, há uma reivindicação pela imbricação entre “imaginação” e “poder”. A imaginação, que sempre foi um termo relacionado à ilusões, símbolos, sonhos, naquele momento era alçado à faculdade fundamental também em áreas tidas como “sérias” da vida social, como a política.

Esta reivindicação dos movimentos de 68 representa uma espécie de retorno a alguns ideais caros ao período da Revolução Francesa. Ao mesmo tempo em que o Iluminismo pregava o poder da razão e a valorização de uma atitude técnico-instrumental perante os imaginários sociais – principalmente com relação aos símbolos da Igreja e do poder monárquico -, valorizava a produção simbólica do povo e preconizava a utilização da linguagem como forma de combate aos símbolos do Antigo Regime. Segundo Baczko, analisando o pensamento do filósofo da época, Mirabeau, a idéia era a de que “o poder deve apoderar-se do controle dos meios que formam e guiam a imaginação coletiva. A fim de impregnar as mentalidades com novos valores e fortalecer a sua legitimidade, o poder tem designadamente de institucionalizar um simbolismo e um ritual novos”.¹⁰

E onde entra o jornalismo nisto tudo? Ora, o jornalismo surge, como já vimos, intimamente ligado com o desenvolvimento da modernidade e dos ideais de um sistema democrático. No período da Revolução Francesa foi impulsionador do ideário moderno democrático, ocupando a função de uma esfera pública de discussão e debate crítico, como se os jornais fossem extensões dos cafés e salões da época. De acordo com Habermas (1984): “ao mesmo tempo, essas novas revistas estão ligadas tão intimamente

¹⁰ Bronislaw BACZKO, Einaudi, p. 302.



com a vida dos cafés que ela poderá ser reconstituída através de cada número. Os artigos de jornais não são só transformados pelo público dos cafés em objeto de suas discussões, mas também entendidos como parte integrante deles”¹¹.

Assim, na década de 60 do século XX, o jornalismo também cumpre função semelhante, agora, além de divulgador do ideal do já constituído estado moderno democrático – porém ameaçado em muitos países devido aos sistemas totalitários do período -, também propulsor de um novo imaginário, o da contracultura.

Portanto, voltando ao postulado da objetividade, verificamos que a reação a este conceito se dá não apenas no âmbito de uma crítica dos jornalistas à sua própria atividade, mas também uma reação no plano do simbólico ao totalitarismo, no âmbito político, e à exacerbação do capitalismo, na área da economia. As manifestações jornalísticas que, de alguma forma, quebravam com o esquema da objetividade, seriam como materializações, no plano do simbólico, da luta pela liberdade e, desta forma, não apenas divulgadoras de fatos, mas também produtoras de fatos, construindo a realidade ao mesmo tempo em que a narram.

No caso do Brasil, essas manifestações contrárias à lógica da objetividade jornalística podem ser verificadas principalmente na imprensa alternativa. Isso porque, com o golpe militar em 1964, instaura-se um regime de repressão política e ideológica. Ou seja, os jornalistas que já tinham que lidar com os constrangimentos profissionais motivados por pressões econômicas e empresariais, a partir do golpe tiveram que lidar também com a censura institucionalizada. Assim, muitos jornalistas, impedidos de realizarem plenamente suas atividades na grande imprensa fundaram jornais alternativos. O que une este tipo de imprensa é a fuga do esquema da imprensa-indústria, ou seja, são veículos pequenos, com esquema quase artesanal de organização, como a ausência de hierarquia e de um sistema competitivo de vendas. O que divide este movimento é, justamente, o seu aspecto ideológico. Como, vimos, durante a década de 60 percebe-se a circulação de um novo imaginário, o da contracultura, porém, nem todos os veículos desta imprensa alternativa atrelavam-se a este movimento. No Brasil, percebe-se uma certa divisão entre os jornais alternativos de linha contracultural e os de linha político-ideológica vinculados aos pressupostos das variadas formas de pensamento marxista. Ambas as linhas tem por característica a crítica – mesmo que implícita - ao esquema da objetividade jornalística, seja através de artigos opinativos

¹¹ Jürgen HABERMAS. Mudança estrutural da esfera pública, pp. 58, 59.



com explicitação de posicionamento político-ideológico, seja através de reformulações no âmbito da linguagem que deixam entrever um posicionamento cultural divergente.

Os jornais desta última vertente podem ser enquadrados, segundo Kucinski (1991), na linhagem satírica do jornalismo alternativo brasileiro. Constituída principalmente por humorista e cartunistas, esta linhagem foi fortemente influenciada por conceitos da contracultura, como a desobediência civil, pelo uso de drogas, o amor-livre, enfim, pela visão de política como algo ligado ao cotidiano, ao indivíduo, aos símbolos que dão sentido e constroem a realidade, bem distante do dogmatismo das esquerdas. O primeiro jornal alternativo do período da ditadura militar já nasceu satírico: o *Pif-Paf*, de Millôr Fernandes, lançado um mês após o golpe em maio de 1964, que influenciou diretamente o jornal mais duradouro e o de maior número de vendas na imprensa alternativa brasileira, O Pasquim, lançado em 1969.

O estilo satírico dessa manifestação da imprensa alternativa brasileira não se enquadra nos moldes da objetividade com que algumas vertentes de pensamento concebem o fazer jornalístico. Isso porque o uso da linguagem humorística pressupõe a manifestação de uma opinião, expressão esta que exige recursos subjetivos por parte do jornalista. Se há objetividade, é uma objetividade parcial, àquela enxergada pela ótica do autor e não uma objetividade universalista que dá conta da realidade na forma de uma verdade única, que pode ser apreendida asépticamente, sem intervenções do arcabouço cultural e ideológico do jornalista.

Neste sentido, podemos enquadrar os jornais satíricos – e a imprensa alternativa de um modo geral – no conceito de um jornalismo opinativo em oposição a um jornalismo informativo. Não vamos avaliar aqui a conformidade destes conceitos, que possuem críticas relevantes contra eles. O importante é notar que para vários pesquisadores e para os próprios jornalistas, em algum momento viu-se a necessidade da diferenciação entre os dois tipos de fazer jornalístico. Uma das causas desse fenômeno pode ser justamente o fato do jornalismo ser uma manifestação com autonomia relativa e que sempre esteve ligado às transformações sociais, políticas e econômicas que, por suas vez, alteram a forma de fazer e de pensar o jornalismo. É possível perceber momentos históricos em que uma outra forma de jornalismo se fez mais presente, o que nos leva a pensar como o conceito fundamentador da objetividade é relativo.

Outra forma de comprovar a mesma afirmativa seria pela análise de Mesquita (2005) que, a partir da perspectiva de Hallin (1989), verifica três zonas de atuação dos



jornalistas, com reflexos na sua atitude de distanciamento ou de adesão à objetividade: a “esfera da controvérsia legítima”, em que operam os princípios de distanciamento e de neutralidade; a “esfera do consenso e dos valores partilhados”, onde os jornalistas tendem a adotar um comportamento reverencial; e a “esfera do desvio”, onde os jornalistas “desligam-se com frequência do compromisso de neutralidade e adotam atitudes irônicas ou críticas em relação a comportamentos ou grupos que constituem objeto de reprovação social”.¹²

Não queremos, com esta análise, afirmar que a objetividade é perniciosa à atividade jornalística. Pelo contrário, é necessária a sua utilização dado o grande número de leitores e à complexidade do meio social. O jornalismo tem sua ligação com a realidade material, com os fatos, porém, é impossível desconsiderar os filtros interpretativos do sujeito, no caso, do próprio jornalista. Além disso, não se pode desconsiderar o fato de o fundamento da objetividade muitas vezes se prestar ao mascaramento de uma opinião, no caso, que pode ser à do dono do jornal, ou de um anunciante, por exemplo, e até do próprio jornalista. Isso porque a linguagem é por natureza opaca e não transparente. Afirmar que é possível captar e transmitir mensagens objetivas isentas de idéias pré-concebidas, e por isso mais verdadeiras, é ignorar o caráter dialógico e performático da linguagem. Desconsiderar essa característica da linguagem e confiar cegamente na objetividade como forma de se alcançar uma verdade universal pode, ao invés de livrar o jornalismo da contaminação ideológica, ser uma ferramenta para que determinada ideologia seja mais amplamente divulgada de forma implícita.

Uma tal persistência da noção de verdade como representação não-distorcida, verdade, das coisas, implica o risco permanente de reconstrução de uma visão da sociedade na qual a “verdade” vê antes da liberdade, isto é, na qual onde pode existir alguém cuja visão do verdadeiro não é distorcida e que, portanto, tem o direito de “revelá-lo” aos outros, talvez mesmo impô-lo para o próprio bem deles.¹³

Talvez fosse o caso de, ao invés de buscar uma visão objetiva universalista, perceber a presença de várias visões objetivas relativas. O jornalismo seria, portanto, não o trabalho de busca de uma verdade una, mas sim, a possibilidade de divulgar várias verdades, e a partir do encontro delas produzir conhecimento e participação do leitor que, desta forma, passa também à condição de cidadão. Logo, não é o caso de se

¹² Mário MESQUITA, “Teorias e práticas do jornalismo – da era do telégrafo ao tempo do hipertexto”, p. 28.

¹³ Gianni VATTIMO. “Comunicação e Transparência”, p. 16.



extirpar a objetividade do jornalismo, como uma ala radical pode cogitar, mas deixar tanto as variadas visões de mundo, como as variadas formas de relatar estas versões, coexistirem. O fundamento objetivista da atividade jornalística seria, assim, substituído pelo fundamento pluralista desta atividade. O jornalismo seria aquele espaço não da busca de uma verdade universal sobre os fatos, mas da variedade de expressões de verdades sobre os fatos.

Objetividade no jornalismo contemporâneo implica em pluralidade de observação e de relato. O que se desdobra em pluralidade de fontes, de canais e de núcleos receptores. Em síntese: corresponde a assegurar que os acontecimentos sejam captados e reproduzidos sob diferentes ângulos, gerando distintas versões, honestamente registradas pelos seus protagonistas privilegiados – os jornalistas profissionais.¹⁴

Segundo os estudos do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1990), o mundo social é formado a partir da estruturação de dois espaços que se inter-relacionam: o espaço social (do universo material) e o espaço simbólico (do universo da linguagem). Apesar do mundo social se apresentar como uma realidade solidamente estruturada, a força das diferenças econômicas e sociais nunca é tanta a ponto de impedir que se possa organizar os agentes sociais segundo outros princípios de divisão – étnicos, religiosos, regionais, nacionais etc. O mundo social não se apresenta, portanto, totalmente estruturado. O mundo social pode ser dito e construído de várias formas. Daí a importância de se verificar não apenas a realidade do mundo social, mas também a percepção que os diferentes agentes têm desta mesma realidade.

Ora, o jornalismo, assim como outras manifestações culturais, é uma forma de percepção desta realidade que, como tal, não está dada de forma transparente. Sempre será uma realidade que terá que passar pelos crivos interpretativos, tanto do produtor – o jornalista – quanto do receptor – o leitor. Continuando a análise, a partir do prisma sociológico de Bourdieu (1990), há três poderes sociais fundamentais que funcionam como crivos da percepção e da construção da realidade social: o capital econômico, o capital cultural e o capital simbólico. Este último seria o capital econômico ou o capital cultural quando conhecido e reconhecido segundo categorias de percepção que ele impõe.

O capital simbólico é uma qualquer propriedade, força física, riqueza, valor guerreiro, que, percebida por agentes sociais dotados das categorias de

¹⁴ José MARQUES DE MELO, Teorias do Jornalismo, p. 49.



percepção e de apreciação permitindo percebê-la, conhecê-la e reconhecê-la, se torna simbolicamente eficaz, como uma verdadeira força mágica: uma propriedade que por responder a “expectativas coletivas”, socialmente construídas, a crenças, exerce uma espécie de ação à distância, sem contato físico.¹⁵

Os agentes sociais são, portanto, distribuídos no espaço social global de acordo com o volume global de capital e com a estrutura deste capital, ou seja, pelo peso relativo das diferentes espécies de capital no volume global de capital. O capital simbólico é comum a todos os membros de uma determinada comunidade, manifestando-se, ou sendo percebido de forma positiva ou negativa. É ao mesmo tempo o instrumento e o objeto em jogo nas estratégias coletivas visando adquiri-lo ou conservá-lo, por meio de associação com os grupos dele dotados e distinguindo-se dos grupos pouco dotados ou desprovidos. Já que, para que exista o capital simbólico, é necessária a cumplicidade de categorias de percepção entre os atores, formando-se assim, um “campo” em torno do qual giram os interesses comuns. Neste sentido, os grupos, as classes sociais, estão por fazer, não estão dados na realidade social.

Neste ponto, podemos perceber uma correlação interessante com a prática jornalística em geral, mas, especialmente com relação àquelas práticas que mantêm íntimas relações com a arte, a literatura, a ficção. Justamente porque, materiais jornalísticos deste gênero deixam evidente o papel do capital simbólico na relação comunicativa. Por serem opacos, não objetivos, o sentido, obviamente, torna-se menos evidente, porém, é apenas menos evidente para aqueles agentes que não compartilham daquele capital simbólico, já que, para que para que o sentido se complete, “é necessário a cumplicidade de categorias de percepção entre os atores”. Isso faz com que vejamos o texto jornalístico, assim como vemos os grupos sociais, não totalmente dado na realidade material, mas sim um texto que ainda se “estar por fazer”, que necessita da parcela de percepção ativa do leitor. Peguemos como exemplo, um texto da edição número 2 do Pif-Paf:

No intuito de colaborar ativamente com as mais altas autoridades do país, imensamente atarefadas com os problemas de corrupção e de subversão do governo Jango Goulart, o departamento científico desta revista tem trabalhado incansavelmente, dia e noite. Eis aqui afinal, o primeiro resultado técnico desse imenso trabalho: nosso redator chefe-político no momento em que, diante dos governantes atuais, demonstrava a extraordinária eficiência de nossa máquina de cassar mandatos.¹⁶

¹⁵ Pierre BOURDIEU, Razões práticas: sobre a teoria da ação, p. 122.

¹⁶ Pif-Paf, no. 2, p. 17.



O período de ditadura totalitária propicia, justamente pela censura, a expressão lingüística através de formas inovadoras e subliminares como, no caso, a ironia. Porém, por ser um recurso não transparente de comunicação, o sentido final só pode ser obtido à partir de um compartilhamento de recursos simbólicos de percepção. Para que haja comunicação, produtor e leitor devem compartilhar visões da realidade, como por exemplo, ter em mente que a revolução ocorrida em abril de 1964 no Brasil, na verdade foi um golpe militar, que mandatos de deputados eleitos pelo povo estavam sendo cassados e que havia censura nos meios de comunicação. Este último ponto é fundamental para que o leitor aceite e não estranhe este formato de notícia que escapa ao tradicional visto na grande imprensa.

Estabelece-se, portanto, uma cumplicidade entre jornalista e leitor, que compartilham assim, um modelo de percepção da realidade construindo, dessa forma um determinado grupo social no período. Não apenas um grupo que se opunha à ditadura militar, mas que se colocava numa posição alternativa até às formas estabelecidas de luta contra sistemas totalitários capitalistas, como os grupos ligados ao pensamento marxista. Em veículos que seguiam essa linha, a crítica era direta e incisiva, daí o fato de jornais como Opinião e Movimento terem durado menos tempo do que o satírico O Pasquim. O que comprova que a realidade material não condiciona a percepção e manifestação simbólica. Neste caso, agentes sociais, contrários à determinado fenômeno da realidade – a ditadura militar – possuíam formas diferentes de percebê-la e de combatê-la e, o que se percebia através - dentre outras manifestações – da linguagem.

Se a realidade social é construída no plano do simbólico então também pode-se afirmar que coexistem, no corpo social, percepções diferenciadas dessa mesma realidade que ocasionam lutas simbólicas diferenciadas. Para Bourdieu (1990), essas lutas podem ser travadas em dois lados: no lado objetivo e no lado subjetivo. No primeiro, enquandram-se as ações, individuais ou coletivas, de representação destinadas a mostrar e fazer valerem determinada realidade, como por exemplo movimentos sociais como o do MST. No segundo lado, estão as tentativas de mudar as categorias de percepção e apreciações do mundo social, os sistemas de classificação, as palavras, os nomes que constituem e exprimem a realidade social, como por exemplo, o movimento de contracultura dos anos 60. Jornais satíricos, como o Pif-Paf, de Millôr Fernandes, seriam portanto manifestações da luta simbólica do período baseadas numa revolução



no mundo das palavras, no mundo dos sistemas de representação da realidade. São propostas de alteração da realidade a partir da alteração da visão da mesma.

Há uma idéia corrente de que a repressão na ditadura militar brasileira apenas se intensificou com o AI-5, em 1968. Porém, desde o seu primeiro mês de “funcionamento” este sistema totalitário já operava sob o signo do medo e da censura. Logo após o primeiro número da revista Pif-Paf, um de seus colaboradores, o cartunista Claudius – “o primeiro humorista-mártir do Brasil”¹⁷, foi preso. O Pif-Paf deu a notícia, até de forma bastante objetiva e direta, porém, com um toque de humor que, como afirmou Freud (1996), é um recurso lingüístico que denota força do emissor, já que é uma forma deste não se deixar ser atingido pelas vicissitudes da vida real, seria uma forma de demonstrar o seguinte pensamento: “estou sendo agredido, mas não me importo, faço desta agressão uma forma de sentir prazer”.

O ego se recusa a ser afligido pelas provozações da realidade, a permitir que seja compelido a sofrer. Insiste em que não pode ser afetado pelos traumas do mundo externo; demonstra, na verdade, que esses traumas para ele não passam de ocasiões para obter prazer (...) O humor não é resignado, mas rebelde. Significa não apenas o triunfo do ego, mas também o do princípio do prazer, que pode aqui afirmar-se contra a crueldade das circunstâncias reais¹⁸.

Assim, a manchete da prisão foi “Claudius em cana” – “Obrigado à DOPS ou Nós também somos presos”. O fato de agradecer ao órgão repressor já provoca dubiedade no discurso, contradição e ironia. Após a descrição de como se deu a prisão, o veículo agradece ao Dops por se lembrar da classe dos humoristas que, agora, já tem um mártir oficial. Terminando a notícia, ainda resta o recurso da ironia, porém, em um tom mais amargo que deixa claro a gravidade da situação, mesmo provocando o riso:

Obrigado à DOPS, que afinal também se lembrou de nós. Esperamos que a família de Claudius – mulher, filho, pais, irmãos – possa ver com a mesma sábia compreensão e o mesmo sorriso de satisfação nos lábios o seu jovem chefe ser levado de casa numa emboscada para uma breve temporada de incomunicabilidade e terror.¹⁹

A capa desta edição da revista, bem à propósito, é uma grande ilustração que ocupa a capa e a contracapa e que pode ser usada como o tabuleiro de um jogo, denominado “jogo da democracia”. Assim, com um dado desenhado, que deve ser

¹⁷ Pif-Paf, no. 5, p. 8.

¹⁸ Sigmund FREUD, “O Humor”, in Obras Psicológicas Completas, v. XXI, p. 123.

¹⁹ Pif-Paf, no. 2, p. 2.



recortado, vai se percorrendo os caminhos desse sistema de forma lúdica e cômica. Porém, a referência aos símbolos do período coloca o leitor/ jogador na posição de pensar sobre eles. Assim, por exemplo, na casa 5 há um desenho do político Adhemar de Barros rezando, com a descrição: “topa o Adhemar rezando, começa denovo”; na casa 17, outro desenho do político, com a ordem “Volta a encontrar o Adhemar. Já é azar demais... fica sem jogar 2 vezes”. Para a mensagem se completar, novamente exige-se os recursos simbólicos do leitor. O político Adhemar de Barros participou ativamente na conspiração que deu origem ao golpe e foi um dos organizadores da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, uma das grandes manifestações conservadoras do Brasil. Seria necessário, portanto, o compartilhamento de sistemas mentais de percepção da realidade para compreender o porquê deste político não se enquadrar no “jogo da democracia”.

Da mesma forma, a crítica é feita ao sistema de pensamento comunista. A casa 54 diz: “pegue este martelo e vá ao número 60”; no número 60, há a ilustração de uma foice e lê-se: “junte o que você trouxe do número 54 e avance até o número 63”; chegando ao número 63, encontra-se o desenho de uma senhora gritando: “Comunista! Sai do jogo”. Uma brincadeira que demonstra os indícios da contracultura dos produtores da revista, visto que esta pautava-se pela liberdade do indivíduo, contra sistemas totalitários em geral.

O “jogo da democracia” da revista Pif-Paf, realmente escapa a qualquer formato jornalístico, mas seu conteúdo e a articulação de informações e idéias que comporta servem de exemplo para as potencialidades de ações que o jornalismo possui na sociedade moderna. Revela que, além de informar, o jornalismo é propulsor de crítica e de análise social. Espaço de debate público que tem papel ativo na construção de imaginários e, conseqüentemente, de novas realidades. A atividade jornalística é dotada, portanto, de poder simbólico, isto é: “poder de conservar ou transformar os princípios objetivos (...) um poder de conservar ou transformar as classificações (...), e isso através de palavras que são utilizadas para designar ou descrever os indivíduos, os grupos ou as instituições”²⁰. Neste sentido, consideramos aqui relevante se pensar na idéia de Bourdieu (1990) de que, na verdade, não estamos lidando com uma realidade social, e sim com uma ficção social, formada por uma pluralidade de personagens às quais o

²⁰ Pierre BOURDIEU, *Coisas ditas*, p. 166.



jornalismo, como principal veículo de comunicação da modernidade, é capaz de dar voz.

BIBLIOGRAFIA:

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. **Einaudi**, v. 11. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural de esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARTLEY, John, **Popular Reality: jornalismo, modernity, popular culture**. London: Arnold, 1996.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MESQUITA, Mário. “Teorias e práticas do jornalismo – da era do telégrafo ao tempo do hipertexto”. In **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, vol. XXVIII, no. 2, jul-dez/ 2005.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**, São Paulo: Brasiliense, 2001.

PEUCER, Tobias. “*Derelatioinibus novellis*”, In **Estudos de Jornalismo e Mídia**, V.I, no. 2, p.17. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

SANTOS, Laymert Garcia, “Consumindo o futuro”, *Folha de S. Paulo*, caderno *Mais!*, 27/ 02/ 2000. pp. 6-8.

SOUZA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argós, 2002.

VATTIMO, Gianni. “Comunicação e Transparência”. In FRANÇA, Vera et al (org). **Livro da XI Compôs 2002: estudos de comunicação ensaios de complexidade 2**. Porto Alegre: Sulina, 2003.